



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 30 | Jan./Jun. de 2024

Juliano Tiago Viana de Paula

Vinculo Institucional do autor / sigla da IES.

pjuliano227@gmail.com

INVENTARIADAS FORTUNAS ESCRAVISTAS a representatividade dos bens arrolados dos agentes inventariados da Vila Sul Mineira de Baependi (1830- 1888).

RESUMO

Neste artigo, examinaremos os principais ativos que foram arrolados nos inventários oitocentistas da Vila de Baependi-MG. Nosso objetivo, é investigar como estes bens arrolados foram responsáveis pelo funcionamento sistema agrário e da desigualdade socioeconômica que se firmou nesta sociedade escravista do XIX.

Palavras-chave: Escravidão, Fortunas, inventariadas e desigualdade.

ABSTRACT

In this article, we will examine the main assets that were listed in the 19th century inventories of Vila de Baependi-MG. Our objective is to investigate how these listed assets were responsible for the functioning of the agrarian system and the socioeconomic inequality that was established in this 19th century slave society.

Keywords: Slavery, Inventory fortunes and inequality

Introdução

Para compreendermos como os agentes de grandes e modestas (senhores de escravos ou não) fortunas na Vila de Baependi (região localizada no Sul de Minas Gerais - ao longo do XIX) constituíram os seus patrimônios, lançamos mãos dos inventários *post-mortem*, cuja coleta se deu através de um levantamento por décadas, entre os intervalos de 1820, 1830, 1840, 1850, 1860, 1870 e 1880¹.

No Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João del Rei, encontramos 541 processos, porém, alguns não tiveram prosseguimento ou não apresentaram a avaliação dos bens de forma completa. Assim, trabalharemos com uma amostragem de 498 documentos, ou seja, aqueles que não apresentaram problemas para as análises seriais e qualitativas das fortunas inventariadas².

Sabemos que os inventários *post-mortem* sub-representam as camadas mais abastadas de uma localidade, pois não oferecem o mesmo tratamento aos estratos mais pobres desta sociedade, cujos bens não eram passíveis de serem inventariados. Paradoxalmente, como afirmaram João Fragoso e Renato Pitzer, é mais fácil termos acesso à população escrava da localidade, pois os cativos eram propriedade dos inventariados e como tal deviam ser arrolados e avaliados, do que “às camadas mais miseráveis dos homens livres pobres”³.

No entanto, isso não invalida a utilização dos inventários para a análise pretendida. Intercruzando com outros documentos, esta fonte cartorial pode servir para os estudos dos segmentos sociais mais pobres, mas certamente privilegia os grupos mais abastados e a riqueza controlada por uma elite⁴. Neste

¹ Esta metodologia de coleta de dados foi originalmente elaborada por Adeline Daumard para estudo da evolução das riquezas e do comportamento da Burguesia Parisiense para o século XIX DAUMARD, Adeline, 1985, p.55-73. Tal método também foi bastante explorado por Jonas Vargas para examinar as tipologias de fortunas da região rio-grandense de Pelotas, ver : VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).

² No Escritório Técnico do IPHAN da cidade de São João del Rei, encontramos 541 processos, porém, alguns não tiveram prosseguimento ou não apresentaram a avaliação dos bens de forma completa. Assim, trabalharemos como uma amostragem de 498 documentos, ou seja, aqueles que não apresentaram problemas para as análises seriais e qualitativas das fortunas inventariadas¹⁰³

³ Sobre o uso dos inventários como fonte, conferir: FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos - notas sobre uma fonte múltipla*. Os Inventários Post-mortem. In: *Revista Arrabalde*, n. 2, 1988, p. 37.

⁴ É necessário ressaltar que se tem em mente nesta pesquisa a sobre representação dos homens livres pobres nos inventários. Este aspecto, particularmente tornar amostragem segura, tendo em vista sempre obtermos uma representatividade mínima desta camada social.

sentido, os inventários tornam-se uma fonte privilegiada, pelo seu caráter massivo e recorrente. No primeiro momento, tal corpo documental pode descortinar a disparidade socioeconômica entre os distintos grupos sociais e, no segundo, ele oferece uma visão dinâmica dos mesmos, ao longo do tempo, com suas mudanças e permanências⁵

Sobre estas orientações metodológicas, montamos um banco de dados onde estão as informações nominais dos sujeitos que aparecem em todos os inventários levantados, desde inventariantes, inventariados, herdeiros, escravos, devedores, credores e daqueles que tiveram seus nomes mencionados naqueles processos, por qualquer outro motivo. Depois disso, somou-se separadamente cada bem inventariado que vai de escravos e terras a simples equipamentos de trabalho. Esta prática contábilística consiste em verificar quais foram os patrimônios produtivos mais valorizados pelos inventariantes⁶.

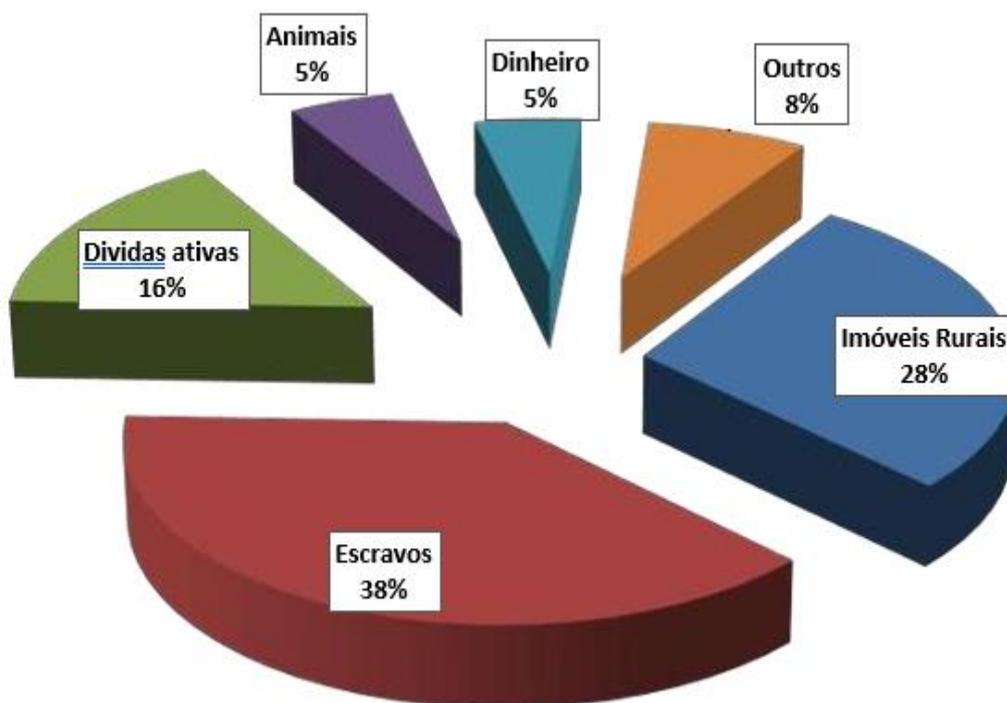
A dispersão dos bens inventariados numa economia agro-escravista

Começaremos a analisar como a localidade se comportou através do processo de mudanças nos padrões de investimentos e dos patrimônios produtivos de pessoas que deixaram bens registrados. Na imagem 1, veremos em que tipo de ativos os inventariados aplicavam os seus investimentos.

⁵ FRAGOSO e PITZER. Op. Cit, p.37.

⁶ Esta metodologia empregada para os estudos dos inventários *post-mortem* foi amplamente utilizada pelos pesquisadores de história econômica e social. Luiz Farrinatti ao desenvolver um profícuo estudo sobre as estratégias sociais da elite agrária de Alegrete, fez uso desta abordagem metodológica. Ver: FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825- 1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

Imagem 1 - Participação dos bens inventariados, Vila de Baependi (1820-1888).



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

Participação dos ativos inventariados por décadas (1820-1888) – Valores em Libras Esterlinas.

	1820		1830		1840-49		1850		1860		1870		1880-88	
Bens	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Ouro e prata	252,10	1,1	285,80	0,8	992,40	1,8	1.414,36	0,7	1.907,60	0,8	820,70	0,4	1.066,90	0,3

INVENTARIADAS FORTUNAS ESCRAVISTAS a representatividade dos bens arrolados dos agentes inventariados da Vila Sul Mineira de Baependi (1830-1888).

Moveis, utensílios e Ferramentas	119,10	0,9	1.341,50	4,4	1.117,05	1,7	1.344,49	0,6	2.700,59	1,2	1.717,10	0,9	3.120,20	1,6
Dinheiro	132,10	0,6	22,01	0,1	633,95	0,9	13.265,28	6,8	1.229,07	0,5	26.602,60	14,3	15.213,40	5,2
Animais	1.302,20	6,1	2.920,30	9,1	3.976,61	6,1	9.591,80	4,9	11.281,40	5,1	8.062,20	4,3	15.433,01	5,3
Mantimentos	288,40	1,3	93,30	0,2	800,40	1,2	1.582,50	0,8	2.676,95	1,2	1.571,11	0,8	3.047,70	0,90
ImóveisUrbanos	46,10	0,2	640,38	1,7	383,90	0,5	5.722,20	2,9	8.930,50	4,1	14,00	0,1	11.310,80	3,9
ImóveisRurais	3.228,80	15,3	6.716,58	20,7	15.871,11	24,2	43.650,80	22,4	47.649,16	21,9	40.209,60	21,7	132.049,70	45,8
Escravos	13.187,90	61,6	18.169,71	56,1	29.635,72	45,2	72.457,60	37,3	107.906,80	50,1	77.265,40	42,1	77.298,20	26,8
Dívidasativas	2.760,00	12,9	2.235,69	6,8	12.048,70	18,4	35.001,01	18,5	33.024,10	15,1	28.674,94	15,5	27.239,10	9,4
Ações eApólices	-	-	-	-	-	-	10.003,80	5,1	-	-	-	-	2.541,10	0,8
Totais	21.360,30	100%	32.425,27	100%	65.459,84	100%	194.033,84	100%	217.306,17	100	184.937,65	100	288.320,11	100
Nº de Inventários	40		42		91		68		90		75		92	

Fonte: Inventários post-mortem da Vila de Santa Maria do Baependi, 1820-1888. Depositados no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

De acordo com o Gráfico 1 e o Quadro 2, os escravos, os imóveis e as dívidas, seguindo essa ordem de importância, foram os ativos inventariados mais importantes nos patrimônios produtivos dos Baependienses. Significa dizer que estes valiosos bens foram fundamentais na reiteração da economia local de base agrícola.

O binômio escravo e terra sempre se mostraram eficazes na composição das fortunas: juntos correspondiam a 66% do total bruto da riqueza inventariada.

Vistos separadamente, os cativos apresentaram um percentual de 38% e as terras 28%. No Quadro 1, nota-se que, do início até o final do nosso recorte temporal, esses ativos mantiveram-se como os negócios mais proeminentes na região. Porém, os escravos tiveram a maior porcentagem na maioria dos intervalos, com exceção dos anos 1880, onde a categoria imóvel teve o percentual mais alto.

É provável que a elevação do ativo terra na década da abolição, seja um indício de que os senhores estavam preocupados mais com a proteção patrimonial. Ao mesmo tempo, podemos delinear a hipótese do envelhecimento da população cativa e a própria diminuição das possibilidades de reprodução das escravarias, fruto da lei de 1871, das dificuldades de renovação das escravarias via tráfico interno (questão que será retomada no capítulo de nº 2). Não é difícil supor que, com esse envelhecimento e aumento do número de escravos fora da idade produtiva, o preço médio dos cativos inventariados tendeu a cair.

Analisando as fortunas inventariadas no Vale do Paraíba do Sul Fluminense, entre os anos de 1830 a 1888, João Fragoso constatou que a grande maioria dos Barões do café preferiu continuar investindo seus recursos em terras e homens, sendo estes adquiridos por meio dos velhos expedientes do capital mercantil. Nas palavras de Fragoso, “tais Barões não foram empreendedores o suficiente para criarem novas alternativas empresariais, ao contrário disso, optaram por atividades econômicas tradicionais e mais seguras e disponíveis no mercado local”⁷. Fragoso observou que terras e homens correspondiam mais de 60% dos valores das empresas agrícolas¹¹⁰., em Baependi encontramos um percentual de 66%.

Apesar do Vale do Paraíba Fluminense e a região de Baependi apresentarem distintos espaços produtivos, a primeira mais ligada à monocultura do café, e a segunda às atividades agrícolas consorciadas, em ambas as localidades, terras e escravos, constituíram-se em elementos de vital importância na reprodução da escravidão, sendo responsáveis pelo seu caráter

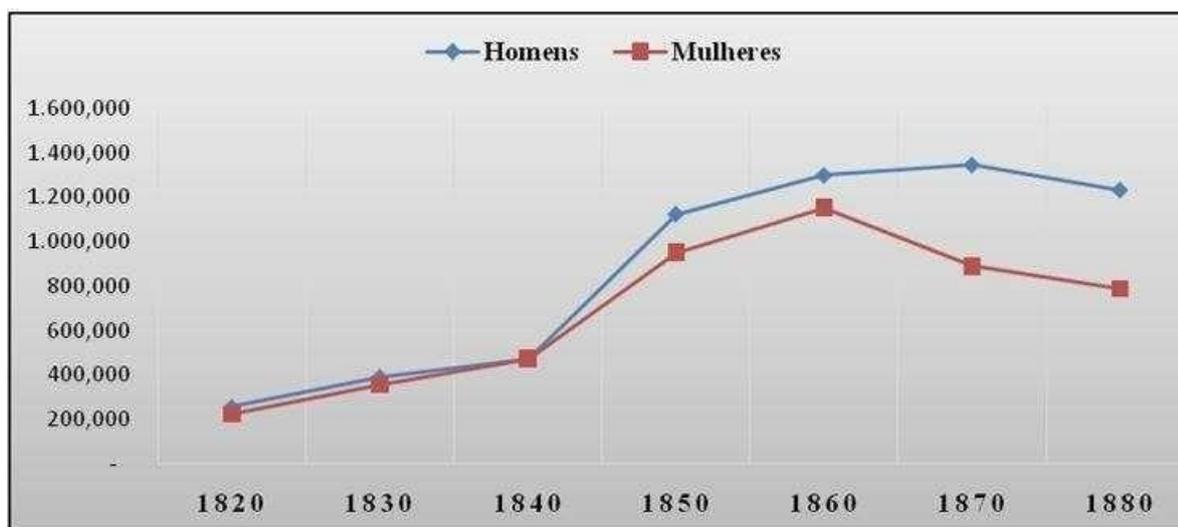
⁷FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.p. 180.

indelevelmente excludente e hierárquico⁸.

Retomando a imagem 2, veremos que escravos e terras comparados aos outros bens, foram os itens que mais elevaram as fortunas familiares da localidade. O brusco crescimento destas riquezas ocorreu na passagem da primeira para a segunda metade do XIX. Neste período, homens e terras na região apresentaram altos valores. De alguma forma, a valorização desses ativos pode estar relacionada a fatores de ordem mais abrangentes, como o fim do tráfico atlântico de africanos e a criação da lei de terras de 1850.

Quanto ao encarecimento dos escravos, a historiografia tem revelado que a extinção do tráfico atlântico de escravos em 1850 constituiu-se em uma ameaça para aqueles que dependiam da mão de obra cativa na condução de suas atividades econômicas⁹. A alta dos preços dos escravos na década de 1860, como outros autores já trataram, foi consequência da diminuição da oferta de mão de obra escrava e da corrida de comerciantes para adquirir cativos e revendê-los aos grandes centros agroexportadores do Sudeste¹⁰.

Grafico 1: Media do preço dos escravos inventariados



(Baependi, 1820-88)

⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.149.

⁹ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. GOES, José Roberto. **O Cativo imperfeito**. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

¹⁰ Como, por exemplo, BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004

Fonte: Idem

Os dados acima apontam para a crescente elevação dos preços médios dos escravos a partir da década de 1850. Na década de 1840, os cativos do sexo masculino valiam, em média, 473\$082 (£ 0,033) e as mulheres 472\$089. Na década seguinte (1850), os homens custavam em média 1:122\$531 e as mulheres, 950\$772. Nota-se que o preço dos cativos quase que triplicou, e das cativas dobrou.

Ao estudar os inventários *post-mortem* da Vila de São João del Rei, Afonso de Alencastro afirma que um escravo em fase adulta (15 a 45 anos) valia, em média, 378\$041 réis, isso nos primeiros cinco anos da década de 1830. Já para os primeiros anos da década de 1860, um mancípio adulto correspondia em média a 1:378\$333 réis¹¹. Para a Vila de Baependi, o valor investido em cativos, além de sobressair sobre os demais bens, passou a ser mais significativo a partir da década de 1830, em relação à década anterior (1820).

Examinando a região sul-mineira de Campanha, entre 1799 a 1865, Marcos Ferreira de Andrade constatou que escravos, terras e dívidas foram os itens de maiores expressões nas fortunas campanhenses. De acordo com o autor, o investimento em cativos mostrou-se mais elevado do que em terras, isso devido ao favorecimento da conjuntura internacional e o fim do tráfico, que contribuíram para a valorização dos cativos, algo que foi percebido para a Vila de Baependi¹².

Na década de 1860, período em que se gerou mais riquezas na região, os preços de homens e mulheres escravas continuaram a se elevar. Nos anos de 1870 houve uma mudança: os preços dos homens continuavam aumentando e das mulheres declinando, como uma queda de 13%. Como já sabemos, nessa época, entrou em vigor a lei do Ventre Livre de 1871. Tal medida diminuía os interesses dos senhores sobre a reprodução natural, pois os filhos das escravas não seguiam mais a condição social do ventre¹¹⁶. Consequentemente, os preços

¹¹GRAÇA FILHO, **Princesa do Oeste**, op.cit. p. 266. Apud: ANDRADE, *Elites regionais*, op. cit. p.74.

¹² ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.74.

dos escravos começavam a se afastar das escravas. Neste caso, o preço das mulheres chegou a ser 30,4% inferior aos homens.

Na última década de vigência da escravidão¹¹⁷ não se constatou uma queda brusca nos preços dos cativos da região; o que se percebeu foi uma pequena alteração em seus valores. Dos anos 1870 para os 1880, os homens tiveram uma redução de 4,2%, e as mulheres de 6%. Apesar dos escravos na década de 1880 serem superados pelos investimentos em terras, continuou sendo um dos ativos mais valiosos nas fortunas inventariadas.

Como já sinalizamos, os imóveis ocuparam a segunda posição dos ativos que mais receberam investimentos na região. Nos inventários compilados nesta pesquisa, percebemos que esse ativo era inventariado junto com todas suas benfeitorias, o que inclui moinhos, paiol, cercas, valos, currais, senzalas, terras de cultura e criar e muitas vezes as casas de vivenda. Desta forma, não eram apenas as fazendas, sítios e chácaras possuídas que entravam na avaliação, mas todo o complexo formado pelas terras e os equipamentos necessários para nelas cultivar e beneficiar a produção – os quais aumentavam o valor das propriedades¹³.

A importância monetária que os imóveis rurais foram adquirindo nas fortunas inventariadas pode ter sido motivada por fatores externos e internos, ou seja, algo referente às modificações locais. Em outras escalas, é provável que o aumento no preço das terras em Baependi tenha sofrido algumas influências do processo de aplicação da lei de terras. Esta lei foi regulamentada no ano de 1854, mas sua aplicação obedeceu a ritmos e características diversas nos quatro cantos do Império.

Para se ter uma ideia, o preço médio de um alqueire de terras na região de Baependi, na década de 1840, era de 806\$674 (£90), na década de 1860, chegou ao patamar de 1:311\$468 (£249), ou seja, na passagem de um período para outro, o preço médio dessas terras quase triplicou. Já com relação aos dados das benfeitorias, visualiza-se algo mais surpreendente. No ano de 1840, esse tipo de propriedade valia em média 330\$000, e na década de 1860 3:311\$000. Sobre essas variações, os senhores da região aproveitavam da aplicação dessa lei para valorizar os seus patrimônios fundiários e aumentar

¹³ Uma das primeiras historiadoras - complexo agrário apresentado pelos imóveis rurais inventariados foi notado por Carla Almeida.

suas fortunas. Aqueles que adquiriram imóveis rurais por doações ou baixo custo nas primeiras décadas dos oitocentos, tiveram maiores vantagens em relação aos que procuraram fazê-lo em meados do XIX¹²¹.

Em Toulouse, na França, em meados do século XIX, Adeline Daumard observou que os imóveis se mantiveram como patrimônio preferencial de investimentos. No restante da cidade, nos primeiros anos do século XX, os imóveis já não representavam 31% dos patrimônios¹⁴. Em trabalho recente, analisando a região de Alegrete do Rio Grande do Sul, entre 1830 a 1870, Graciela Garcia comparou as maiores fortunas inventariadas. A autora observou que havia diferenças entre as duas décadas, demonstrando que, ao longo desses anos, houve um enriquecimento das famílias mais importantes da localidade e o aumento destas fortunas estava associado à elevação dos preços das terras que incidiu durante este período. Além disso, Garcia verificou que os maiores montes acima de £ 20.000 só começaram a aparecer a partir da década de 1870. Os exames de Gabriela Garcia foram confirmados por Luiz Farinatti, que pesquisou o mesmo recorte espacial e temporal.

Em Baependi, as maiores fortunas inventariadas (acima de £ 10.000) começaram a aparecer a partir da década de 1860. Nesse grupo havia 18 famílias. Porém, as riquezas que foram computadas na região entre os anos de 1820 a 1849, não passavam de £ 5.000¹²⁴, apenas três famílias conseguiram acumular esse monte bruto. Isto indica que a valorização de homens e terras foi fundamental para que a elite econômica pudesse ter mais acesso à riqueza produzida na região ao longo da segunda metade do XIX.

A valorização dos imóveis no âmbito local pode ser entendida pela maior dinamização da economia da produção de alimentos, que tornava as fazendas localizadas em terras mais propícias ao desenvolvimento, cada vez mais valorizadas. Porém, se olharmos para os dados do Quadro 2, veremos algo contraditório sobre esta análise, pois as plantações foram inexpressivas nas fortunas inventariadas, mas, tomando como base a presença de terras de cultura em vários processos pesquisados (115 inventários), sugiro que a de cultivo de alimentos podia ser mais expressiva do que os inventários revelam.

¹⁴ DAUMARD, Adeline. (dir.) (1973), *Les fortunes franceses au XIX e siècle. Enquee sur la repartition et la composition des captious privés à Paris, Lyon, Lille, Bordeaux et Toulouse d"après l"enregistrement des déclarations de succession*, Paris, Mouton

Os itens avaliados nos inventários dizem respeito apenas aos bens existentes no momento da confecção do mesmo. Desta forma, os inventários apresentam os produtos pertencentes àquela propriedade, limitando-se algumas análises de caráter mais abrangente. Nos processos de declarações de bens, nem sempre há descrição de todas as plantações cultivadas nas fazendas, mas colocavam-se valores nos bens que eram partilhados. Sobre estas bases, podemos entender que o inventário captura o momento da riqueza daquele indivíduo que veio a falecer. Se, nesse momento, houvesse um estoque de produtos agrícolas ou rebanho de animais, seriam contabilizados e avaliados nos processos. Na ausência desses ativos, eram descritas apenas as instalações e terras para o trabalho¹²⁵.

No ano de 1854, foi aberto o inventário do Coronel José Inácio Nogueira de Sá, considerado um dos homens mais abastados na região (com um *montemor* avaliado em 353:262\$010). Entre seus bens, foram arrolados uma enorme quantidade de fazendas que se compõe de terras de cultura e criar. Porém, não foi mencionado nenhum tipo de plantações em suas unidades. Pelos relatórios do Presidente da província de Minas Gerais de 1846 e 1851¹⁵, temos notícia de que esse senhor era um importante agricultor na Vila de Baependi, pois consta que exportava uma quantidade expressiva de fumo para várias praças comerciais do sudeste brasileiro. Provável que antes de seu falecimento, parte desta produção e outras que lhe renderam bons lucros, tenham sido comercializadas. Este caso ganha maior relevância ao descobrimos que a produção de fumo e outros gêneros agrícolas como milho, feijão e arroz eram as principais atividades agrícolas produzidas na localidade. Sobre esta produção, estamos diante de um setor social oriundo da produção e distribuição de gênero de primeira necessidade que atente tanto o mercado interno quando o externo¹⁶.

Diante dessas premissas, a valorização dos imóveis na região, ocorreu no momento em que se presenciou um maior número de terras destinadas à plantações. Foram arroladas, nos inventários pesquisados, uma enorme quantidade de roças plantadas e terras de cultura destinadas ao plantio de alimentos. Este horizonte agrário surge num período (1850-1888) em que se

¹⁵ APM: JUNTA PROVISÓRIA DE GOVERNO (1821-1823), SECRETARIA DE GOVERNO DA PROVINCIA OU SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA (1821-1889), Seção Provincial: 1820-1890, Notação: SP-142.

¹⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 19.

percebe uma maior dinamização da economia local, marcada pelo aumento proporcional dos bens inventariados.

Outro importante indicador de riqueza foram as dívidas (passivas e ativas). Em quase todos os intervalos, as dívidas caracterizados nos inventários como ativas sempre mostraram percentuais superiores às passivas. Este comportamento no crédito local permite concluir que houve uma tendência à liquidação das dívidas existentes e ao incremento da riqueza social. Lélío Luiz de Oliveira, examinando os empréstimos realizados na cidade paulista de Franca, durante o século XIX, notou que as dívidas ativas sempre foram mais elevadas do que as passivas. Segundo o autor, tais resultados demonstraram a capacidade e o dinamismo que a região produtora de alimentos teve em relação ao tema do crescimento econômico¹⁷.

Além disto, o crescimento das dívidas e o seu movimento nas riquezas inventariadas estavam relacionados ao desenvolvimento e a dinamização da economia da região, pois no momento em que as dívidas se elevavam os demais bens, sobretudo terras, escravos e animais cresciam.

Outra importante constatação era a baixa circulação de notas e moedas nas fortunas inventariadas da região de Baependi. Embora, talvez, fosse comum os inventários omitirem a posse desses ativos, ainda assim é surpreendente o peso tão baixo dos dinheiros amoadados nos bens arrolados. A presença do ouro (em pó ou barra) que poderia ser usado como dinheiro, foi também muito pequena na descrição dos processos e se restringe apenas ao segundo subperíodo (1850-1888) desta pesquisa. Porém, a presença de tal artefato nos permite entender como a prática de utilizar o ouro como moeda era algo praticado na região¹⁸.

A escassez desses recursos não era exclusiva da região de Baependi. João Fragoso revela que, mesmo a província do Rio de Janeiro sendo o centro econômico e político do sudeste brasileiro, no período entre 1790-1860, a participação das moedas não ultrapassou 7,1%, chegando, em um dos anos analisados, a representar 1,0%. Segundo Fragoso, esta é uma característica de

¹⁷ OLIVEIRA, Lélío Luiz. *Economia e História em Franca: século XIX*. Franca: UNESP/FHDSS, 1997, p. 129-134.

¹⁸ CARRARA, Ângelo Alves. *Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos*. Juiz de Fora: Cléo Edições Eletrônicas, 2008. Artigo disponível no site: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/FQHMG1.pdf>.

economia de mercados restritos¹⁹.

Para a Comarca de Vila de Rica e Rio das Mortes, entre os anos de 1750 a 1822, Carla Almeida encontrou resultados semelhantes. A autora constatou um baixo percentual de moedas que variaram de um insignificante 0,07% a modesto 4,37%, demonstrando uma economia de baixa liquidez e pequena circulação monetária²⁰.

Dos 510 inventários analisados, somente 54 (10,5%) declararam o ativo dinheiro entre os bens. O total de dinheiro apresentado pelos processos examinados chegou a 529:099\$130 (57, 098,61 £), mas 79,3% desse montante estava nas mãos de quatro pessoas (0,8% dos inventariantes), sendo todos negociantes e agricultores. Além disso, esses indivíduos pertenciam ao grupo dos homens mais afortunados da região. Com relação às dívidas ativas, foram também os maiores credores. Portanto, estamos diante de pessoas que tiveram condições de controlar a liquidez da região, pois além de possuir um significativo numerário, foram capazes de dominar uma fatia considerável do crédito¹³⁸.

Na região abarcada, registramos a ocorrência de 4.290 empréstimos cujos financiamentos variavam de 1\$00 a 45:396\$396, a média geral dessas dívidas giraram em torno de 304\$000¹³⁹. Estes números revelam o alto grau de endividamento e a dependência do crédito na região. Como afirmou João Fragoso e Manolo Florentino, “o endividamento era o suporte do funcionamento do mercado colonial”, o que permitia aos indivíduos investirem e acumularem diversos bens produtivos²¹. Diante desta premissa, podemos concluir que, embora estejamos frente a um processo geral da participação das dívidas nas fortunas baependienses, o crédito foi um dos principais instrumentos para o crescimento do sistema agrário local.

No que concerne **aos rebanhos, se por um lado, os inventários tendem a subestimar a produção agrícola dos inventariados, por outro ele retrata com maior fidelidade os animais possuídos, e, por conseguinte, a pecuária ali praticada**. Como vimos, no total, os rebanhos representaram 5% das fortunas declaradas, porém, a maioria das pessoas falecidas na Vila de

¹⁹ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 306.

²⁰ ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte. MG, Argumentum, 2010, p. 130.

²¹ João Fragoso e Manolo Florentino, *Arcaísmo como Projeto*, o, cit., p. 176.

Baependi tinha entre seus bens um animal (380 processos/76,1%). Ao longo das quase 7 décadas pesquisadas, mais de 20 mil animais, de diferentes portes, aparecem nos inventários.

A participação em percentuais desses semoventes nos patrimônios produtivos, *a priori*, pode parecer pouco significativa, mas esta porcentagem menor que o esperado se deve ao fato dos rebanhos terem baixo valor de mercado comparado a terras e escravos, por exemplo. No entanto, o número de animais e sua distribuição em várias propriedades baependienses demonstram mais claramente a importância da pecuária para a localidade.

Finalmente, a riqueza em bens móveis incluía os artefatos de uso doméstico e as mais diversas ferramentas de trabalho, como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas e escavadeiras. Foram encontrados em 179 inventários, 1.108 equipamentos de trabalhos: enxadas, foices e machados foram ferramentas com maior aparição. Nos intervalos pesquisados, estes equipamentos de trabalhos agrícolas somados com outros objetos de uso domésticos não ultrapassaram 4,4% da riqueza inventariada. Para o Vale do Paraíba Fluminense, entre os anos de 1830 a 1885, João Fragoso observou que os equipamentos e instrumentos de trabalhos, não chegaram a corresponder 10% das aplicações agrícolas²².

Portanto, a pequena participação de instrumentos agrícolas na composição das fortunas baependienses, associada à grande demanda de terras e homens, indica um sistema agrícola, mais ávido à incorporação de bens imóveis e escravos para o seu funcionamento do que para o desenvolvimento técnico da lavoura. Ou seja, um sistema econômico de agricultura extensiva²³.

Para exemplificar o empreendimento destas atividades, temos o inventário de Dona Izabel Maria do Espírito Santo, que foi aberto no ano de 1854. Esta senhora nasceu e batizou-se no Arraial de Pouso Alto do Termo de Baependi, era viúva do Capitão e traficante de escravos Miguel Pereira da Silva e sogra do Barão de Pouso Alto. **Dona Izabel detinha uma fortuna muito alta para os padrões da riqueza local, com monte-mor avaliado em 486:745\$980**

²² Ver Fragoso, *Barões do Café*, op. cit., p. 42-60.

²³ . Luiz Farinatti também verificou o mesmo padrão para a região de Alegrete, VER: Farinatti, *CONFINS MERIDIONAIS*, op. Cit., p. 148. E Marcelo Mateus para a região de Bagé, Ver Matheus, *A produção da diferença*, op. Cit., p. 142- 144.

(£52.527) ¹⁴⁴. **Seus maiores patrimônios foram escravos e imóveis.** Para o desenvolvimento agrícola de suas produções, havia em sua propriedade **260 cativos**, que produziram em suas terras **379 alqueires de feijão, 110 alqueires de arroz, 380 carros de milho, 50 arrobas de açúcar branco, 114 arrobas de fumo e 629 varas de algodão.** Para gerar toda essa riqueza e lhe garantir uma posição privilegiada na localidade, seus escravos tinham à sua disposição uma enorme quantidade de ferramentas, sendo 108 enxadas, 68 foices, 4 machados e 17 rodas de fiar. Nesta unidade, havia também 29 carros de boi para o transporte e o armazenamento das mercadorias.

Nota-se que estamos diante de uma propriedade escravista de economia diversificada que, a princípio, tinha totais condições de investir em equipamentos mais modernos para o aumento da sua produção, porém optou pelo emprego de instrumentos de trabalhos de baixo valor, mantendo assim as velhas práticas agrícolas¹⁴⁵, ou seja, incorporando a esta propriedade mais terras e homens.

Considerações finais:

Pós a leitura deste artigo, é notório perceber que apesar dos inventários serem uma fonte de natureza massiva e serial, apenas sup-representa as camadas mais abastadas de uma sociedade, não oferecendo o mesmo tratamento aos estratos mais pobres de uma localidade, cujos bens não era passíveis de serem arrolados neste processo. Apesar de tais “fragilidades metodológicas”, este corpus não foi invalidado em nossa pesquisa, pois esta fonte cartorial descortinou a disparidade socioeconômica da região e ofereceu uma visão dinâmica de processo de mudanças e permanências ao longo do período estudado.

A começar pela descoberta do binômio, terras e escravos, que foram os ativos que tiveram mais destaque nas fortunas escravistas baependiense, ou seja, foram os bens inventariados mais proeminentes da região. Isso sinaliza para o apego que os senhores de Baependi tinham com a escravidão até os seus últimos dias de extinção. Além disto, nos revela que a estrutura hierárquica desta Vila Sul-mineira, era mantida na aquisição de terras e homens.

As dívidas que foram arroladas nos inventários também contribuíram para a consolidação deste processo de exclusão, sendo o terceiro ativo inventariado mais valioso nas fortunas baependiense, pois ao permitir a liquidez das dívidas

existentes aumentou mais ainda a riqueza social. O crescimento das dívidas e o seu movimento nas riquezas inventariadas estavam relacionados ao desenvolvimento e a dinamização da economia da região, pois no momento em que as dívidas se elevavam os demais bens, sobretudo terras, escravos e animais cresciam.

No geral, as informações aferidas até aqui, apontam para uma diversidade da economia e a estreita relação da sociedade com a posse de terras e escravos, sendo as formas mais básicas de determinar a riqueza na região. Assim, vimos que a produção de tal sociedade se assentava na ambiciosa aquisição desses ativos, não somente pela maximização dos lucros, mas como objetivo último; a continuidade da hierarquia bastante desigual da época, pois era ela quem dava sustentação para a economia e, portanto, para a sociedade local.

Referências

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. **Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte. MG, Argymmentym, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004.

CARRARA, Ângelo Alves. Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos. Juiz de Fora: **Clio Edições Eletrônicas**, 2008. Artigo disponível nosate: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/FQHMG1.pdf>.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado).

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FRAGOSO, João. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAÇA FILHO, A. A.. A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

OLIVEIRA, Lélío Luiz. **Economia e História em Franca: século XIX**. Franca: UNESP/FHDSS, 1997

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado).

Juliano Tiago Viana de Paula

Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2007)> Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2013). Doutorem História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2018) e Doutorado Sanduíche em História - Casa de Velázquez Ecole Française à Létranger, (2016). Atualmente é professor visitante - IFMG - Instituto Federal Minas Gerais Campus Ouro Preto, Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: eugenia, racismo estrutural, escravidão, bem morrer e religiosidade.

Latts:

<http://lattes.cnpq.br/1415381521774966>
